
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

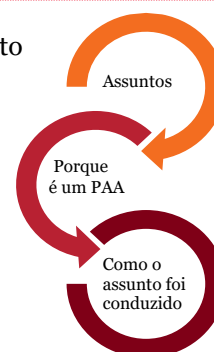
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento de receita (Notas 3(xiv) e 24(d))</p> <p>Uma das principais fontes de receita da Companhia e de suas controladas é a taxa de administração, reconhecida mensalmente com base no sistema interno de gerenciamento de beneficiários. Em decorrência do desenho do negócio, existem diferenças temporais entre o faturamento pelos serviços prestados e o montante a pagar reconhecido pelas operadoras, as quais são monitoradas através dos controles internos da Companhia.</p> <p>O principal risco observado refere-se ao reconhecimento de receita fora do período de competência, considerando a existência das diferenças temporais relacionadas ao faturamento pelos serviços prestados.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) Atualização do entendimento dos critérios de reconhecimento de receitas adotados pela administração que suportam a contabilização das taxas de administração ao longo do exercício.(b) Teste, com base em amostragem, dos contratos firmados com os beneficiários e com as operadoras.(c) Teste da reconciliação dos saldos e dos ajustes relacionados ao controle das diferenças temporais relacionadas ao faturamento pelos serviços prestados.(d) Confronto dos recebimentos subsequentes a dezembro de 2018 com a respectiva documentação suporte. <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>

Teste de impairment do ágio (Notas 3(x) e 14)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras consolidadas, ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 386.073 mil, referente a aquisições realizadas em anos anteriores.

A administração elabora, anualmente, teste para avaliar a necessidade, ou não, de redução do ágio ao seu valor recuperável (teste de *impairment*).

Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação, aplicamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- (a) Atualização do entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela administração para projetar os fluxos de caixa descontados, principalmente no que se refere às taxas de crescimento das receitas e de descontos no período projetado e na perpetuidade, bem

Porque é um PAA

O referido teste de *impairment* foi considerado como um dos principais assuntos em nossa auditoria, devido à relevância do ágio e por envolver julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, em relação às projeções de fluxos de caixa futuros relacionados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais o ágio é alocado. Variações nas principais premissas utilizadas, como taxa de crescimento das receitas e taxa de desconto, entre outras, podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o conseqüente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

como comparação dos cálculos com as informações de mercado disponíveis, quando aplicável;

- (b) Avaliação da coerência geral lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa futuro e avaliação da razoabilidade das premissas significativas: receita e taxa de desconto;
- (c) Recálculo da taxa de desconto considerando parâmetros de mercado;
- (d) Recálculo do valor presente dos fluxos de caixa, bem como análise de sensibilidade para avaliar situações em que as variações resultariam na eventual necessidade de registro de perda não reconhecida.

Consideramos que, no contexto das demonstrações financeiras, os critérios e premissas adotados pela administração no teste de *impairment* do ágio são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Ambiente de tecnologia da informação

A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e suas controladas são dependentes de estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e conseqüente elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nos últimos anos, devido às aquisições de empresas com sistemas de informação diferentes e outros processos de tecnologia da informação, o ambiente geral de tecnologia da informação e os controles internos correspondentes tornaram-se significativamente complexos, com processos distintos e controles fragmentados.

A complexidade e diversidade dos ambientes de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes podem acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, razão pela qual o ambiente de tecnologia foi considerado como um dos principais assuntos e área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

No contexto de nossa auditoria, aplicamos procedimentos em relação ao ambiente de tecnologia da informação, incluindo, principalmente, determinados controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles relevantes, e quando necessário, testes dos controles compensatórios, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso e segregação de funções.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras.



Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

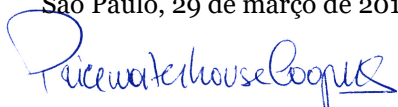
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2019



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Fábio Cajazeira Mendes
Contador CRC 1SP196825/O-0

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2018		31/12/2017	
		Controladora	Consolidado	Controladora Reapresentado	Consolidado Reapresentado
ATIVO					
CIRCULANTE					
Disponível		80.367	101.972	45.573	46.792
Aplicações financeiras	7	322.064	326.840	324.357	328.757
Créditos de operações com planos de assistência à saúde-					
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	8	95.598	96.708	95.777	99.259
Títulos e créditos a receber	9	213.069	215.091	172.190	174.432
Outros valores e bens		1.875	1.875	4	504
Total do ativo circulante		712.973	742.486	637.901	649.744
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e créditos a receber	9	7.092	7.108	3.537	3.549
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	84.346	84.346	143.583	143.583
Outros valores e bens		5.512	5.512	-	-
Outros créditos a receber	11	3.249	3.540	3.283	3.276
Total do realizável a longo prazo		100.199	100.506	150.403	150.408
Investimentos	12	28.108	-	20.075	-
Outros investimentos	12	33	33	33	33
Imobilizado					
Outras imobilizações - não hospitalares/não odontológicas	13	8.578	8.588	11.144	11.156
Intangível	14	532.517	540.029	587.820	599.881
Total do ativo não circulante		669.435	649.156	769.475	761.478
TOTAL DO ATIVO		1.382.408	1.391.642	1.407.376	1.411.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	31/12/2018		31/12/2017	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Débitos de operações de assistência à saúde-					
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde:					
Prêmios a repassar	15	202.523	202.868	128.329	128.709
Repasses financeiros a pagar		19.610	19.999	14.240	14.607
Antecipações a repassar		44.968	47.341	46.765	47.692
Tributos e contribuições a recolher		16.607	18.169	12.579	12.815
Empréstimos e financiamentos a pagar	16	352.719	352.719	2.883	2.883
Débitos diversos	17	52.480	56.313	83.231	84.377
Total do passivo circulante		688.907	697.409	288.027	291.083
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos a pagar	16	-	-	348.741	348.741
Provisões					
Provisão para riscos	18	35.905	36.637	39.955	40.745
Débitos diversos	17	11.828	11.828	2.250	2.250
Total do passivo não circulante		47.733	48.465	390.946	391.736
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	19	276.366	276.366	276.366	276.366
Reserva de capital		80.425	80.425	79.863	79.863
Reservas de lucros		288.977	288.977	372.174	372.174
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		645.768	645.768	728.403	728.403
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.382.408	1.391.642	1.407.376	1.411.222

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas Explicativas	31/12/2018		31/12/2017	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE					
Receita com administração de planos de assistência à saúde e outras, líquidas de cancelamentos		1.247.708	1.288.376	1.156.244	1.339.281
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde		(83.257)	(85.963)	(75.911)	(85.946)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	24.d	1.164.451	1.202.413	1.080.333	1.253.335
DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADA COM PLANOS DE SAÚDE					
Custo dos serviços prestados	20	(98.748)	(102.980)	(244.181)	(256.921)
RESULTADO BRUTO		1.065.703	1.099.433	836.152	996.414
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO		(20.743)	(21.245)	(856)	(19.591)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	21	(345.844)	(360.821)	(262.592)	(316.535)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		4.944	5.399	3.552	4.301
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(112.351)	(126.685)	(114.842)	(140.114)
Perdas com créditos incobráveis		(115.472)	(130.176)	(101.306)	(128.738)
Outras (perdas)/ganhos		3.121	3.491	(13.536)	(11.376)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	22	(6.315)	(8.176)	10.857	12.306
Receitas financeiras	22	52.428	54.850	98.576	106.205
Despesas financeiras	22	(58.743)	(63.026)	(87.719)	(93.899)
RESULTADO PATRIMONIAL	12	1.153	-	31.512	-
Receitas Patrimoniais		4.139	-	38.888	-
Despesas Patrimoniais		(2.986)	-	(7.376)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E DAS PARTICIPAÇÕES		586.547	587.905	503.783	536.781
Imposto de renda	23	(101.821)	(102.742)	(84.632)	(102.693)
Contribuição social	23	(36.830)	(37.178)	(30.566)	(37.149)
Impostos diferidos	23	(60.899)	(60.899)	(27.873)	(26.972)
Participações no resultado		(6.668)	(6.757)	(2.101)	(3.289)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		380.329	380.329	358.611	366.678
ATRIBUÍVEL A					
Participações dos acionistas controladores		380.329	380.329	358.611	358.611
Participações dos não controladores		-	-	-	8.067
		380.329	380.329	358.611	366.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	380.329	380.329	358.611	366.678
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	380.329	380.329	358.611	366.678
ATRIBUÍDO A				
Acionistas controladores	380.329	380.329	358.611	358.611
Acionistas não controladores	-	-	-	8.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros	Atribuível a	Participação	Opção de ações -	Total consolidado
	social integralizado	Opções outorgadas de ações	Legal	Outros	(prejuízos) acumulados	proprietários da controladora	dos não controladores	não controladores	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	276.366	74.436	39.656	46.943	-	437.401	77.349	(74.987)	439.763
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	358.611	358.611	8.067	-	366.678
Constituição de reserva legal	-	-	15.617	-	(15.617)	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	(46.943)	-	(46.943)	-	-	(46.943)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	316.901	(316.901)	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto Não Controlador	-	-	-	-	-	-	(10.129)	-	(10.129)
Distribuição de dividendos antecipados a controladores	-	-	-	-	(4.980)	(4.980)	-	-	(4.980)
Destinação de Juros sobre capital próprio a controladores	-	-	-	-	(21.113)	(21.113)	-	-	(21.113)
Opções outorgadas reconhecidas	27	5.427	-	-	-	5.427	-	-	5.427
Exercício da opção de não controlador	-	-	-	-	-	-	(75.287)	74.987	(300)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	276.366	79.863	55.273	316.901	-	728.403	-	-	728.403
Ajuste por adoção de Norma Contábil (IFRS 9 e 15)	2.3 a) e 19	-	-	(3.226)	-	(3.226)	-	-	(3.226)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2018	276.366	79.863	55.273	313.675	-	725.177	-	-	725.177
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	380.329	380.329	-	-	380.329
Pagamento de dividendos	-	-	-	(316.901)	-	(316.901)	-	-	(316.901)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	236.930	(236.930)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos antecipados a controladores	19	-	-	-	(143.399)	(143.399)	-	-	(143.399)
Opções outorgadas reconhecidas	27	562	-	-	-	562	-	-	562
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	276.366	80.425	55.273	233.704	-	645.768	-	-	645.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018		31/12/2017	
		Controladora	Consolidado	Controladora Reapresentado	Consolidado Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
(+) Recebimentos de planos de saúde		10.261.764	10.583.275	8.509.955	9.796.824
(+) Resgate de aplicações financeiras		128.928	129.428	813.786	814.587
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras		23.209	23.622	39.320	41.636
(+) Outros Recebimentos Operacionais		22.234	22.632	7.498	9.024
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(9.115.593)	(9.401.694)	(7.736.215)	(8.875.035)
(-) Pagamentos de Comissões		(18.349)	(18.349)	-	(16.680)
(-) Pagamentos de Pessoal		(91.366)	(94.693)	(61.457)	(86.111)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(94.773)	(97.773)	(104.578)	(118.765)
(-) Pagamentos de Tributos		(232.526)	(236.057)	(187.201)	(218.518)
(-) Pagamentos de Aluguel		(8.449)	(8.848)	(3.155)	(4.338)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(8.881)	(8.900)	(8.707)	(10.600)
(-) Aplicações Financeiras		(112.615)	(113.275)	(743.553)	(744.773)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(181.452)	(193.732)	(135.663)	(171.137)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		572.131	585.636	390.030	416.114
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
(+) Recebimentos de Dividendos		-	-	30.658	-
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros		(2)	(2)	(248)	(277)
(-) Pagamentos relativos ao ativo intangível		(25.980)	(25.980)	(45.649)	(52.397)
(-) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas	12	(6.880)	-	(235.117)	(232.117)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(32.862)	(25.982)	(250.356)	(284.791)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento					
(+) Caixa Absorvido de Empresas Incorporadas		-	-	1.024	-
(-) Pagamentos de Participações no Resultado		(477.306)	(477.306)	(73.873)	(84.092)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento		(111)	(111)	(379)	(379)
(-) Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos / Financiamentos / Leasing	16	(27.058)	(27.058)	(42.366)	(42.366)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(504.475)	(504.475)	(115.594)	(126.837)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		34.794	55.180	24.080	4.486
Caixa - saldo inicial		45.573	46.792	21.493	42.306
Caixa - saldo final		80.367	101.972	45.573	46.792
Ativos livres no início do ano (*)		45.573	46.792	6.394	6.865
Ativos livres no fim do ano (*)		80.367	101.972	45.573	46.792
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		34.794	55.180	39.179	39.927

(*) Refere-se ao saldo das contas 'Caixa' e 'Bancos Conta Depósito', mais o montante de aplicações financeiras não garantidoras das provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isso é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (“Qualicorp Benefícios” ou “Companhia”) sociedade por ações, que iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2006, com sede no Estado de São Paulo, é uma empresa controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Grupo Qualicorp”).

Em 12 de fevereiro de 2010, a Companhia recebeu autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - (“ANS”) para operar como empresa administradora de benefícios, cujas atividades estão delimitadas conforme Resoluções Normativas nº 195 e nº 196 da ANS. Em consequência dessa autorização, o estatuto e objeto social foram alterados, transformando-a em “Administradora de Benefícios”, tendo suas operações relacionadas às atividades previstas na referida resolução.

A Companhia e suas controladas já efetuam operações de administração, estipulação de benefícios coletivos por adesão e empresarial direcionados a entidades de classe (sindicatos, associações, conselhos regionais, órgãos públicos, etc.).

As operações são conduzidas pela Companhia através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

Dentro de suas estratégias e objetivos de mercado, a Companhia e sua controladora Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Qualicorp S.A”) constituíram a empresa Q Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. (“Q Saúde”), com o objetivo de (i) a comercialização, planejamento, gerenciamento, organização de planos de saúde privados de todas as modalidades, por meio da garantia da cobertura de custos de assistência do mercado envolvido em todos os meios (ambulatorial, hospitalar, médica e laboratorial) de seus integrantes através de gestão no credenciamento e consultoria técnica para o exercício da atividade técnica (ii) a participação como sócia, acionista e quotista em outras sociedades que desempenhem funções relacionadas ao seu objeto.

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia registrou a integralização do capital social da Q Saúde no montante de R\$8.600, de acordo com a proporção de cada coligada cotista, sendo no montante de R\$ 6.880, correspondente a 80% da Qualicorp Administradora, e 20% da Companhia no montante de R\$ 1.720. A controlada Q Saúde encontra-se com suas atividades operacionais ainda não iniciadas e está em trâmite o seu registro obrigatório junto a ANS, já solicitado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS, com exceção dos CPCs 47 e 48, e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 290 e as respectivas atualizações. Tais demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração e sua gestão.

Através da RN 435 de 23 de novembro de 2018, a ANS sustenta a posição de não adotar os pronunciamentos CPC 47, CPC 48 vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018.



A Companhia e suas controladas, adotaram o CPC 47 e CPC 48 (veja maiores detalhes na nota explicativa 2.4 abaixo), visto que sua controladora é entidade de capital aberto, cujas ações são negociadas na bolsa de valores, e por requerimento de seu órgão regulador, CVM, a partir de 1º de janeiro de 2018 adotou esses pronunciamentos técnicos.

As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

2.3 Reclassificação e reapresentação de saldos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, na nota explicativa nº 7 foi mencionado que o total das Aplicações Financeiras era de R\$344.904 para controladora e R\$349.729 para o consolidado, sendo que o correto é R\$324.357 para controladora e R\$328.757 para o consolidado, conforme quadros a seguir:

Descrição	31/12/2017		31/12/2017
	(anteriormente apresentados)	Reclassificação	Reapresentação
	Controladora	Controladora	Controladora
Cotas de Fundos de Investimentos	279.329		279.329
Certificados de Depósitos Bancários-CDBs	14618	(14.618)	-
Fundo de investimento ANS	45.028		45.028
Operações compromissadas	5929	(5929)	-
Total	344.904	(20.547)	324.357

Descrição	31/12/2017		31/12/2017
	(anteriormente apresentados)	Reclassificação	Reapresentação
	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Cotas de Fundos de Investimentos	279.329		279.329
Certificados de Depósitos Bancários-CDBs	14618	(14.618)	-
Fundo de investimento ANS	49.428		49.428
Operações compromissadas	6354	(6354)	-
Total	349.729	(20.972)	328.757

Esse ajuste não produziu efeitos no balanço e resultado da Companhia.



Desta forma, a Demonstração de Fluxo de Caixa obteve as seguintes reclassificações:

	31/12/2017		
	Controladora Reapresentado	Reclassificação	Controladora Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de planos de saúde	8.509.955	-	8.509.955
(+) Resgate de aplicações financeiras	6.843.721	(6.029.935)	813.786
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	39.320	-	39.320
(+) Outros Recebimentos Operacionais	7.498	-	7.498
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(7.736.215)	-	(7.736.215)
(-) Pagamentos de Comissões	-	-	-
(-) Pagamentos de Pessoal	(61.457)	-	(61.457)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros	(104.578)	-	(104.578)
(-) Pagamentos de Tributos	(187.201)	-	(187.201)
(-) Pagamentos de Aluguel	(3.155)	-	(3.155)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade	(8.707)	-	(8.707)
(-) Aplicações Financeiras	(6.801.978)	6.058.425	(743.553)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(112.621)	(23.042)	(135.663)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	384.582	-	390.030
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(250.356)</u>	-	<u>(250.356)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(115.594)</u>	-	<u>(115.594)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	<u>18.632</u>	5.448	<u>24.080</u>
Caixa - saldo inicial	<u>6.394</u>	15.099	<u>21.493</u>
Caixa - saldo final	<u>25.026</u>	20.547	<u>45.573</u>



	31/12/2017		
	Consolidado Reapresentado	Reclassificação	Consolidado Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de planos de saúde	9.796.824	-	9.796.824
(+) Resgate de aplicações financeiras	8.202.157	(7.387.570)	814.587
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	41.636	-	41.636
(+) Outros Recebimentos Operacionais	9.024		9.024
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(8.875.035)		(8.875.035)
(-) Pagamentos de Comissões	(16.680)		(16.680)
(-) Pagamentos de Pessoal	(86.111)		(86.111)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros	(118.765)		(118.765)
(-) Pagamentos de Tributos	(218.518)		(218.518)
(-) Pagamentos de Aluguel	(4.338)		(4.338)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade	(10.600)		(10.600)
(-) Aplicações Financeiras	(8.149.458)	7.404.685	(744.773)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(139.553)	(31.584)	(171.137)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	430.583		416.114
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
	(284.791)	-	(284.791)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
	(126.837)	-	(126.837)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	18.955	(14.469)	4.486
Caixa - saldo inicial			
	6.865	35.441	42.306
Caixa - saldo final			
	25.820	20.972	46.792

2.4 Adoção de normas

Os pronunciamentos CPC48 e 47 foram emitidos pelo CPC e passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018, com seus efeitos refletidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual com saldo de abertura em 1º de janeiro de 2018.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração.

Nos termos da avaliação realizada, a Companhia entende que os ativos financeiros classificados como Empréstimos e Recebíveis em 2017 passaram a ser classificados como Custo Amortizado em 2018.

Com relação as perdas de clientes, na avaliação realizada, a Companhia entende que a provisão para perda com créditos incobráveis deve ser reconhecida por estimativa, tendo como base um percentual do faturamento, definido em nota técnica atuarial, não mais com base nos valores dos créditos vencidos após 60 dias, que considerava o histórico de “perdas incorridas”, passando a ser provisionada em função do reconhecimento das “perdas de crédito esperadas”, no mesmo momento do registro do respectivo faturamento.



De acordo com as disposições transitórias da CPC48 (7.2.15), os valores comparativos não foram reapresentados.

CPC 47 – Receitas de contratos com clientes – Mensuração e Reconhecimento

A companhia adotou o método retrospectivo modificado com efeito cumulativo da aplicação inicial do pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial (1º de janeiro de 2018).

A Companhia concluiu pelos seguintes impactos decorrentes deste pronunciamento:

- i) Os “Repasses financeiros com estipulação de contratos”, anteriormente reconhecidos como receita no resultado do exercício, não atendem aos critérios de reconhecimento de receitas e passaram a ser reconhecidos como dedução da rubrica “Repasse financeiro contratos de adesão”, do grupo de custo dos serviços prestados, não gerando impactos no resultado da Companhia, apenas em sua apresentação; e
- ii) A norma estabelece que os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, inclusive com corretores internos, passaram a ser capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira, gerando impacto no resultado da Companhia.

a) Impactos conjuntos da adoção do CPC 48 e CPC 47 nas demonstrações financeiras consolidadas para abertura dos saldos contábeis:

Balço patrimonial	01 de Janeiro de 2018			
	Divulgado 31/12/2017	CPC 48	CPC 47	Após Adoção CPC 48 e 47
Ativo circulante	649.744	(4.888)	-	644.856
Títulos e créditos a receber	174.432	(4.888)	-	169.544
Outros ativos circulantes	475.312	-	-	475.312
Ativo não circulante	761.478	1.662	-	763.140
Títulos e créditos a receber	3.549	-	-	3.549
Impostos de renda e contribuição social diferidos	143.583	1.662	-	145.245
Outros ativos não circulantes	614.346	-	-	614.346
Total do ativo	1.411.222	(3.226)	-	1.407.996
Passivo circulante	291.083	-	-	291.083
Passivo não circulante	391.736	-	-	391.736
Patrimônio líquido	728.403	(3.226)	-	725.177
Total do passivo e patrimônio líquido	1.411.222	(3.226)	-	1.407.996

Adicionalmente, para fins de comparação, demonstramos abaixo os impactos da adoção em conjunto do CPC 48 e CPC 47 nas demonstrações financeiras consolidadas caso a Companhia tivesse adotado para fins do CPC 47 o método retrospectivo completo e para fins de CPC 48 não tivesse adotado as disposições transitórias e, consequentemente, a data de abertura fosse 1º de janeiro de 2017.

b) Impactos da adoção em conjunto do CPC 48 e CPC 47 nas demonstrações financeiras consolidadas para efeito de comparabilidade:

Caso a Companhia escolhesse o método retrospectivo o quadro comparativo com 31 de dezembro de 2017 seria o seguinte:



	31 de dezembro de 2017			
	Divulgado	CPC 48	CPC 47	Após Adoção CPC 48 e 47
Demonstração de Resultado				
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	1.253.335	-	(102.435)	1.150.900
Custo dos serviços prestados	(256.921)	-	102.435	(154.486)
Perdas com créditos incobráveis	(128.738)	(4.888)	-	(133.626)
Despesas de comercialização	(19.591)	-	-	(19.591)
Outras receitas e (despesas)	(314.593)	-	-	(314.593)
Imposto de renda e contribuição social	(166.814)	1.662	-	(165.152)
Lucro líquido do exercício	366.678	(3.226)	-	363.452
Lucro básico por ação - R\$	0,00074	-	-	0,00073

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

I. Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo Qualicorp for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando, inclusive, que as operações têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade (nota explicativa nº 14), são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando, inclusive, que as operações têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

II. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC48. Até 31 de dezembro de 2017 os ativos financeiros, eram classificados nas seguintes categorias:



mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

i. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado, se ambas condições a seguir forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio, por objetivo de receber fluxo de caixas contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados se:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio, por objetivo de receber fluxo de caixas contratuais, bem como pela venda; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando não forem classificados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

III. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC48.

A Companhia não possui passivos classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou por resultado abrangente.

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.



IV. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

V. Aplicações financeiras

Inclui fundo de investimento multimercado exclusivo de crédito privado e fundos dedicados à ANS como ativo garantidor.

Conforme política interna, as aplicações financeiras estão concentradas em operações de menor risco, sendo principalmente renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado, certificado de depósito interbancário – CDI e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%.

VI. Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde, prêmios a repassar e repasses financeiros a pagar.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais o estipulante é a Companhia e sua controlada) são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Companhia e sua controlada), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde.

Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo “Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde” em contrapartida às contas de passivos de “Prêmios a repassar” (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de “Repasses financeiros a pagar” (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica “Antecipações a repassar”.

VII. Provisão para perdas sobre créditos

A perda com créditos incobráveis é constituída com base nas perdas estimadas, calculada através do percentual de inadimplência identificado em Nota Técnica atuarial sobre os respectivos faturamentos das entidades. Os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não houver expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

Até 31 de dezembro de 2017 as perdas sobre créditos constituídos eram classificadas da seguinte forma: nas operações em que a Companhia e/ou suas controladas assumiam o risco de crédito, os valores vencidos há



mais de 60 dias eram baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não havia expectativa de recebimento, eram registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

A Administração entende que a provisão para devedores duvidosos calculadas nos moldes descritos acima está em pleno atendimento às correspondentes práticas adotadas no Brasil e resoluções da ANS.

VIII. Combinação de negócios e investimentos em controladas

Demonstrações financeiras consolidadas

Controladas

Todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle de forma direta ou indireta são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Adicionalmente a Companhia não possui ou detém participações não controladoras.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo Qualicorp são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

IX. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis (nota explicativa nº 13).

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.xi).

X. Intangível



Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.xi).

(*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica “Investimentos”, líquidos das amortizações e baixas.

XI. Redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*)

Ativo imobilizado e intangível com prazo de vida útil determinados

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ágio

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.



Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Adicionalmente, os ágios são alocados a unidade geradora de caixa Afinidades, que são avaliados para fins de *impairment* anualmente. Para detalhes deste teste ver nota explicativa nº 14 v.

XII. Empréstimos e financiamentos a pagar - debêntures

Estão representados por recursos captados através da emissão de debêntures, que são demonstrados pelo valor atualizado dos encargos financeiros, calculados com base nas taxas de juros acrescidas dos custos de transação.

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução de captações de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida - debêntures são contabilizadas a débito de debêntures, e amortizados no resultado, no prazo da operação.

XIII. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de sua controlada e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

XIV. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

1. Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.
2. Outras receitas operacionais da companhia correspondem à remuneração mensal devida pelas operadoras, referente à participação destas na inadimplência das carteiras, as quais são apropriadas e recebidas mensalmente, e apresentadas em conjunto com as receitas de taxa de administração.
3. Até 2017 a Companhia reconhecia como receita os repasses financeiros com estipulação de contratos, correspondente à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativa aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente pela controlada Qualicorp Benefícios. Para 2018, com a implementação da norma CPC 47 - Receitas de contratos com clientes – CPC 47 tais repasses passaram a ser reconhecidos como redutores dos Custos dos Serviços Prestados na linha “Repasses financeiros contratos de adesão” (nota explicativa nº20)



XV. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.

XVI. Provisões para riscos

As provisões para riscos são reconhecidas nas informações contábeis quando, com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, for considerado risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias, incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes são registrados nas informações contábeis e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

A provisão de sinistralidade é constituída com base nos dados dos beneficiários em conjunto com cálculos atuariais tendo por objetivo cobrir futuros custos dos colaboradores do Grupo Qualicorp e que são beneficiários deste plano, com as sinistralidades de assistência à saúde.

XVII. Participações sobre o lucro e opções de compra de ações

As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia e sua controlada são classificadas como custo ou despesa operacional. A Companhia e sua controlada, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em despesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos estimados de opções de compras de ações outorgadas relativos aos contratos de pagamento baseados em ações existentes (nota explicativa nº 27). A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta “Reserva de capital - opções outorgadas de ações”.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia e sua controlada sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia e sua controlada revisam suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva” que registrou o benefício aos empregados.

XVIII. Contabilização dos dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia e de sua controlada que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante (vide nota explicativa nº.19), por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada no patrimônio líquido.



XIX. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor-Presidente da Companhia e de suas controladas. A gestão dos recursos na Companhia é alocada no Segmento Afinidades atribuível de negócios no resultado da controladora.

As apresentações das segmentações e seus detalhes estão descritas na nota explicativa nº 24.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia e sua controlada descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Companhia e sua controlada e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes.

A Companhia e sua controlada adotam premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia e sua controlada formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de sua controlada adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia anualmente testa os saldos de ágio por impairment, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3 xi e premissas na nota explicativa nº 14 v). Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos efetuados conforme estimativas descritas na nota explicativa nº 14 v. Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 18,4% ao invés de 17,4%), continuaria não havendo perda a ser reconhecida.

b) Provisão para perdas sobre créditos

As provisões para devedores duvidosos são registradas de acordo com metodologia estabelecida nas políticas da companhia (nota explicativa nº 3.vii). Essas estimativas foram baseadas no histórico de inadimplência do grupo, as quais estão sujeitas a alterações se houver mudança no cenário. A Companhia estima que uma alteração de 0,5% no índice de inadimplência, causaria impacto de R\$5,7 milhões, líquidos de impostos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros



Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2018, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, conforme segue abaixo:

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:						
Aplicações financeiras	326.840	-	-	328.757	-	-
Créditos a receber de clientes	-	96.708	99.259	-	-	-
Títulos e créditos a receber	-	222.199	177.981	-	-	-
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	-	352.719	-	-	351.624	-
Prêmios a repassar	-	202.868	-	-	128.709	-
Débitos diversos - circulante	-	56.313	-	-	84.377	2.250
Débitos diversos - não circulante	-	11.828	-	-	-	-
Antecipações a repassar	-	47.341	-	-	47.692	-
Repasses financeiros a pagar	-	19.999	-	-	14.607	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial - consolidado

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/2018	31/12/2017
	Nível 1	Nível 1
	R\$ mil	R\$ mil
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado-		
Aplicações financeiras	326.840	328.757

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

Gerenciamento dos principais riscos



A Companhia efetua operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Companhia possui controles internos que garantem que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito advém de a possibilidade da Companhia ter que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários.

Para mitigar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo a sua maioria cancelada com 30 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.vi.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Companhia é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2018		31/12/2017	
			Controladora	Consolidado	Controladora Reapresentado	Consolidado Reapresentado
Aplicações financeiras (i)	Ativo circulante	7	296.100	296.100	279.329	279.329
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Ativo circulante	7	25.964	30.740	45.028	49.428
Debêntures (ii)	Passivo circulante e não circulante	16	(352.719)	(352.719)	(351.624)	(351.624)
Total de exposição líquida			25.245	42.509	(6.720)	(1.895)

- (i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 7.
- (ii) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), acrescida de "spread" de 1,30% a.a. (1,675% até agosto de 2014), sendo devida semestralmente, a partir da data da emissão, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível e de obrigações com debêntures.



Em 31 de dezembro de 2018, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$ 260.

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (debêntures detalhadas na nota explicativa nº 16), deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

A Companhia está sujeita a certos limites de alavancagem conforme mencionado na nota explicativa nº 16 (empréstimos e financiamentos a pagar).

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada e Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. estão sujeitas a requerimentos de manutenção de recursos próprios mínimos, conforme determinação da ANS.

A ANS, na Resolução Normativa - RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009, estabelece que o capital-base a ser considerado pelas controladas em 31 de dezembro de 2018 é o de R\$170 e que este montante deve ser maior que o patrimônio mínimo ajustado.

Patrimônio mínimo ajustado representa o patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos conforme estabelecido pela IN - Instrução Normativa 50 de 30 de novembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2018 o patrimônio mínimo ajustado calculado é de R\$ 78.847 (Qualicorp Benefícios) e R\$ 28.741 (Clube de Saúde), os quais estão enquadrados à respectiva Instrução Normativa.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Companhia, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Companhia e suas controladas elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

Consolidado	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a dois anos	Mais de dois anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2018:						
Empréstimos e financiamentos (a)	CDI + 1,30%	-	382.542	-	-	382.542
Prêmios a repassar		202.868	-	-	-	202.868
Antecipações a repassar		47.341	-	-	-	47.341



Repasse financeiros a pagar	19.999	-	-	-	19.999
Débitos diversos	56.313	-	11.828	-	68.141
Total	326.521	382.542	11.828	-	720.891

(a) Considera o valor total da dívida em 31 de dezembro de 2018, não calculado a valor presente.

6. ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS

A Companhia e sua controlada não adotaram as CPCs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Norma	Descrição
CPC 06 (R2)	“Operações de Arrendamento Mercantil”. Com esse novo pronunciamento os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo relacionado aos pagamentos futuros e os direitos de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os atualmente classificados como operacionais, podendo ficar de fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
ICPC 22	A ICPC 22 é uma interpretação do CPC32 – Tributos sobre o Lucro e que será aplicada para identificar incertezas no imposto de renda corrente e diferido, a partir de 1º janeiro de 2019. Os tratamentos fiscais incertos poderão surgir em virtude das contabilizações das transações diárias da empresa, bem como procedimentos adotados pela Companhia na apuração e cálculo dos tributos, que conflitam com a legislação vigente (legislações tributárias que dão margem para mais de uma interpretação, erros e descumprimento de alguma obrigação acessória, etc.). E também reforça a necessidade de divulgação dos julgamentos realizados e premissas ou outras estimativas utilizadas.

As seguintes normas foram emitidas pelo CPC e passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019:

I. CPC 06 R2 Operações de Arrendamento Mercantil – Mensuração e Reconhecimento

Norma estabelece critérios para evidenciar em balanço patrimonial, os compromissos assumidos em contratos de arrendamento em contrapartida a um ativo de direito correspondente ao bem arrendado.

Durante o exercício de 2018, a companhia avaliou potenciais impactos em virtude da adoção inicial da norma, destacados a seguir:

- **Passivo de Arrendamento** – A companhia reconhecerá em passivo o montante do compromisso assumido com o contrato. Este valor, será ajustado a valor presente utilizando a taxa de desconto implícita no contrato (se houver) ou a taxa básica de juros (SELIC) + Spread definido pela companhia que forneça uma realidade econômica para o contrato.



- **Ativo Imobilizado** – As contraprestações dos contratos de arrendamentos de alugueis dos imóveis, atualmente reconhecidos como despesas de ocupação, serão registradas como ativo imobilizado na data de aplicação inicial ou quando houver novo contrato de arrendamento, no montante equivalente ao passivo de arrendamento e serão depreciadas durante a vigência do contrato.
- **Despesa Financeira** – Os montantes reconhecidos em passivo, serão atualizados utilizando a mesma taxa de AVP, gerando despesa financeira.
- **Resultado Líquido** – As despesas geradas pelo novo método de contabilização serão maiores no início do contrato e decrescem até o término, em virtude da atualização monetária do passivo. Embora exista a diferença temporal, ao longo da vida útil os efeitos em resultados serão iguais aos que ocorreriam sem o CPC 06 (R2), mas o impacto será em linhas diferentes da demonstração de resultado.

II. ICPC 22– Incerteza sobre o tratamento do Imposto de Renda

A interpretação descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e
- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.
- Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda;
- Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

A interpretação é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. As entidades podem aplicar a interpretação com base na aplicação retrospectiva integral ou na aplicação retrospectiva modificada sem reapresentação de informações comparativas retrospectiva ou prospectivamente.

A Administração da Companhia não espera que a adoção dessas alterações no futuro tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo neste período. Para o próximo período serão realizados diagnósticos mais profundos para avaliação dos impactos e serão reportados nas demonstrações do ano de aplicação.

Impactos estimados da adoção em do CPC 06 R2 16 e ICPC 22 nas demonstrações financeiras consolidadas para efeito de comparabilidade:

Balanco patrimonial	Divulgado 31/12/2018	CPC 06 (não auditado)	ICPC 22 (não auditado)	Adoção Normas 01/01/2019 (não auditado)
Ativo circulante	742.486	-	-	742.486
Ativo não circulante	649.156	26.109	-	675.265
Imobilizado	8.588	25.760	-	34.348
Impostos diferidos	84.346	349	-	84.695
Outros ativos não circulantes	556.222	-	-	556.222
Total do ativo	1.391.642	26.109	-	1.417.751
Passivo circulante	697.409	6.820	-	704.229
Arrendamentos	-	6.820	-	6.820
Outros Passivos Circulantes	697.409	-	-	697.409
Passivo não circulante	48.465	19.289	-	67.754



Arrendamentos	-	18.940	-	18.940
Impostos Diferidos	-	349	-	349
Outros Passivos Não Circulantes	48.465	-	-	48.465
Patrimônio Líquido	645.768	-	-	645.768
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.391.642	26.109	-	1.417.751

Até a presente data, ANS não aprovou a aplicação das novas normas contábeis CPC 48, CPC47, CPC 06R2 e ICPC 22. Nesse contexto, as entidades por ela reguladas devem continuar aplicando as normas vigentes até 2018.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia até o presente momento.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora Reapresentado	Consolidado Reapresentado
Cotas de Fundos de Investimentos (a)	296.100	296.100	279.329	279.329
Fundo de investimento ANS (b)	25.964	30.740	45.028	49.428
Total	322.064	326.840	324.357	328.757

- (a) Trata-se de aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, o valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.
- (b) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.

8. OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Prêmios e planos de saúde a recuperar – c/risco de inadimplência (a)	95.598	96.708	95.777	99.259
Total	95.598	96.708	95.777	99.259

- a) Referem-se aos valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Companhia nos respectivos vencimentos das faturas. O resumo por idade de prêmios a repassar é:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
A vencer	39.332	39.597	42.547	42.975
Vencidos:				
Até 30 dias	51.500	54.412	41.675	43.290
De 31 a 60 dias	14.347	15.322	11.136	12.575



Acima de 60 dias (i)	1.688	1.713	419	419
(-) PCLD Esperada (ii)	(11.269)	(14.336)	-	-
Total	95.598	96.708	95.777	99.259

i. Valores de 31 de dezembro de 2017 foram recebidos integralmente até o dia 11 de janeiro de 2018 e os valores em 31 de dezembro de 2018 foram recebidos integralmente até o dia 15 de janeiro de 2019.

ii. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.vii e quadro a seguir:

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos

	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Estimativa (reversão) de perdas (a)	139.191	155.407	114.942	163.067
Perdas efetivas (Recuperações) (b)	(23.719)	(25.231)	(13.635)	(34.329)
Baixas	(104.203)	(115.840)	(101.306)	(128.738)
Saldo no fim do exercício	(11.269)	(14.336)	-	-

(a) A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou do CPC 48, que exige que as provisões para perdas com créditos incobráveis sejam mensuradas por estimativa, tendo como base um percentual do faturamento definido em nota técnica atuarial, não mais com base nos valores dos créditos vencidos após 60 dias, que considerava o histórico de “perdas incorridas”. Sendo assim o reconhecimento/provisão da “perda esperada” passa a ser no mesmo momento do registro do respectivo faturamento

(b) Referem-se, substancialmente, às perdas com créditos vencidos decorrentes de operação de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão, para os quais a Companhia assume o risco da inadimplência perante as operadoras e seguradoras de saúde e odontológicas.

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Adiantamento de repasse de contratos (a)	149.734	150.013	76.508	76.508
Valores a identificar - Operadoras/seguradoras (b)	44.288	44.803	80.099	82.133
Impostos a recuperar/compensar	3.306	4.515	3.429	3.622
Outros	15.741	15.760	12.153	12.169
Total do circulante	213.069	215.091	172.190	174.432
Depósitos judiciais	7.092	7.108	3.537	3.549
Total do não circulante	7.092	7.108	3.537	3.549
Total Geral	220.161	222.205	175.727	177.981

(c) Referem-se a adiantamento de repasse para as operadoras.

(d) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas



e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia.



10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo (a)	147.769	147.769	183.545	183.545
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo (b)	(63.423)	(63.423)	(39.962)	(39.962)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	84.346	84.346	143.583	143.583

(a) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados principalmente sobre diferenças temporárias dedutíveis de lucros fiscais futuros, conforme segue:

Item	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Atualização sobre Opção de Compra - Aliança	113.153	113.153	140.487	140.487
Provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis - valor de curto prazo	18.293	18.293	19.025	19.025
Obrigações e provisões para passivos contingentes - parcela relativa à empresas e/ou períodos sujeitos ao regime de tributação do lucro real	7.794	7.794	9.194	9.194
Provisão perda esperada de clientes	4.489	4.489	-	-
Prejuízo fiscal	-	3.642	-	4.205
Provisão PPR	2.356	2.356	1.106	1.106
Outras provisões	1.684	1.684	842	842
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	-	-	12.891	12.891
Total dos créditos tributários	147.769	151.411	183.545	187.750
(-) Créditos tributários não contabilizados (*)	-	(3.642)	-	(4.205)
Total dos créditos tributários contabilizados	147.769	147.769	183.545	183.545

(*) Refere-se substancialmente ao fato de algumas de suas controladas diretas possuírem prejuízos fiscais e base negativa acumulada, para os quais não foram constituídos créditos tributários diferidos, pois até a presente data não haviam reunido condições de geração de lucros tributáveis que permitissem a contabilização de créditos tributários.

Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. A seguir, apresentamos a estimativa de realização desses créditos, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros:



Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias

Ano	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2018	-	-	68.546	68.546
2019	54.642	54.642	28.400	28.400
2020	22.932	22.932	30.403	30.403
2021	24.935	24.935	28.098	28.098
A partir de 2022	45.260	45.260	28.098	28.098
Total	147.769	147.769	183.545	183.545

O valor presente do total dos créditos tributários é de R\$125.982, calculados pela taxa Selic, tendo em vista o prazo estimado de realização das diferenças temporárias.

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Diferenças temporárias sobre a parcela do ágio de empresas incorporadas, amortizado no período, para fins fiscais (nota explicativa nº 14).	63.423	63.423	39.962	39.962
Total	63.423	63.423	39.962	39.962

11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER NÃO CIRCULANTE

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Reembolso de despesas administrativas do Grupo Qualicorp (a)	3.249	3.540	1.686	1.679
Adiantamento de repasse de contratos	-	-	1.333	1.333
Reembolso de provisão para risco	-	-	264	264
Total	3.249	3.540	3.283	3.276

(a) Saldos e transações com empresas ligadas, no consolidado:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Contas a receber	Contas a pagar	Despesas	Contas a receber	Contas a pagar Reapresentado	Despesas
Qualicorp Corretora de Seguros S.A. (i)	3.195	8.479	(746)	1.631	5.859	(423)
Gama Saúde Ltda. (i)	-	28	(115)	-	5	(113)
Qualicorp Adm. e Serviços Ltda. (ii)	345	5.820	(3.808)	48	15.920	(27.366)
Saldo	3.540	14.327	(4.669)	1.679	21.784	(27.902)

A Companhia possui os seguintes saldos de operações efetuadas com partes relacionadas:

- i. Refere-se às atividades de “back office” para atendimento às empresas do Grupo Qualicorp (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas do Grupo



- ii. Refere-se à prestação de serviço de emissão de boletos para usuários de planos de saúde vinculados a Qualicorp Benefícios, R\$ 3.808 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 27.366 em 2017). Em 2018 a Companhia voltou a fazer a cobrança diretamente aos usuários.

11.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2018		2017	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	179	3.041	107	2.129
Remuneração baseada em ações	-	535	-	5.044
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	179	3.576	107	7.173

(*) A despesa com remuneração, para os diretores e empregados, é constituída de parte fixa e variável, com base em performance e metas globais anuais.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participações societárias:				
Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	21.228	20.075	-	-
Q Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda.	6.880	-	-	-
Total de participações societárias	28.108	20.075	-	-
Outros investimentos:				
Outros investimentos	33	33	33	33
Total dos investimentos	28.141	20.108	33	33

As principais informações relacionadas aos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial são as seguintes:

Q Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda.	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Total
---	---	-------

Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2018:

Capital social	8.600	38.538
Patrimônio líquido	8.600	21.228
Lucro (prejuízo) do exercício	-	1.153
Informações sobre os investimentos:		
Quantidade de cotas	8.600	38.538



Participação - %	80%	100%	
Total do investimento em 31 de dezembro de 2017:	-	20.075	20.075
Aumento de capital em controladas	6.880	-	6.880
Equivalência patrimonial	-	1.153	1.153
Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2018	6.880	21.228	28.108



Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Total
--	---	-------

Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2017:

Capital social (i)	-	38.538	
Patrimônio líquido	-	20.075	
Lucro (prejuízo) do exercício	-	(3.466)	
Informações sobre os investimentos:			
Quantidade de cotas	-	35.538	
Participação - %	-	100%	
Total do investimento em 31 de dezembro de 2016:	259.094	20.541	279.635
Exercício por opção de compra	300	-	300
Aumento de capital em controladas	-	3.000	3.000
Baixa por incorporação	(263.983)	-	(263.983)
Distribuição de dividendos	(30.389)	-	(30.389)
Equivalência patrimonial	34.978	(3.466)	31.512
Equivalência patrimonial sobre participações societárias	37.566	(3.466)	34.100
Amortização do intangível - relacionamento com clientes	(3.921)		(3.921)
IR/CS diferido sobre amortização do intangível - relacionamento com clientes	1.333		1.333
Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2017	-	20.075	20.075

13. IMOBILIZADO

A Companhia não apresentou variações relevantes neste exercício, sendo R\$148 de adições, R\$207 de baixas líquidas e R\$2.510 de depreciação, no consolidado. O total consolidado líquido é R\$ 8.588 (R\$11.156 em 2017). A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado no mínimo anualmente. Durante o período corrente, a Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil-econômica para os itens apresentados no grupo de ativo imobilizado.



14. INTANGÍVEL

Está composto, no consolidado, como segue:

Consolidado	Taxa anual de amortização - %	Custo				Amortização				
		Saldo em 31/12/2017	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Adições	Saldo em 31/12/2018	Saldo Líquido
<i>Ágio na aquisição de investimentos alocados a títulos de rentabilidade futura:</i>										
<i>Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A</i>	-	249.420	-	-	-	249.420	-	-	-	249.420
Grupo Padrão	-	136.653	-	-	-	136.653	-	-	-	136.653
Total ágio		386.073	-	-	-	386.073	-	-	-	386.073
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades (i)	20	203.391	12.326	-	(1.125)	214.592	(122.455)	(25.266)	(147.721)	66.871
Softwares em uso (ii)	20	187.652	3	7.681	-	195.336	(75.822)	(34.531)	(110.353)	84.983
Direito de exclusividade Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	20	36.500	40	-	-	36.540	(36.112)	(6.684)	(42.796)	(6.256)
Software em desenvolvimento (iii)	-	33.598	-	-	-	33.598	(33.598)	-	(33.598)	-
Relacionamento Cliente - Grupo Padrão	20	12.872	354	(7.681)	(4.287)	1.258	-	-	-	1.258
Acordo de não competição	20	9.911	-	-	-	9.911	(9.911)	-	(9.911)	-
Comissão de Obtenções de Vendas (iv)	53	8.198	-	-	-	8.198	(415)	(1.796)	(2.211)	5.987
Total outros ativos intangíveis		-	1.621	-	-	1.621	-	(508)	(508)	1.113
Total outros ativos intangíveis		492.122	14.344	-	(5.412)	501.054	(278.313)	(68.785)	(347.098)	153.956
Total ativos intangíveis		878.195	14.344	-	(5.412)	887.127	(278.313)	(68.785)	(345.477)	540.029

i) Cessão de direitos e obrigações ASBEN / Health Club.

Em 29 de março de 2018, foi firmado um contrato de cessão e transferências de direitos e obrigações e outras avenças entre a controlada Qualicorp Benefícios e Asben Corretora de Seguros Ltda. O contrato firmado entre as partes é de R\$ 12.326 tendo por objeto a cessão e transferência de direitos e obrigações de determinados contratos relacionados ao desenvolvimento dos Negócios pelas Cessionárias. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$6.363.

ii) Gastos com aquisição de licenciamento de software para utilização do Grupo Qualicorp.

iii) Está representado por gastos de desenvolvimento de novo sistema operacional, adquirido de terceiros. Em 2018 com a conclusão e o início do uso de diversos módulos, foi transferido para a rubrica "software em uso" o montante de R\$ 7.681 (R\$ 73.965 em 2017).

iv) Comissão de Obtenção de Vendas.

Com a adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018 os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos passam a ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, são capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira. Como saldo de abertura, foi adicionado em 1º de janeiro de 2018 R\$ 152.270 e R\$ 79.165 de Amortização acumulada (nota explicativa 2.4).



v) Teste de perda por redução ao valor recuperável do Ágio.

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.ix, em 2018 a Administração da Companhia realizou o teste do valor recuperável do ágio, alocado à UGC (unidade geradora de caixa) do segmento de Afinidade, calculando o valor em uso por projeções de fluxo de caixa futuro descontado, para um período de 10 anos, utilizando as seguintes premissas:

PREMISSAS SEGMENTO AFINIDADES	
Receitas	Para o exercício de 2018 as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia com base nos fatores de crescimento das receitas entre os exercícios de 2019 e 2028 e que foram apurados (pro-rata temporis) baseando-se em projeções de crescimento do mercado na área de comercialização e administração de planos de saúde coletivos.
Despesas	As despesas fixas, que são aquelas que não crescem proporcionalmente as receitas, tais como folha de pagamento (despesas com pessoal), serviços de terceiros e despesas de ocupação decorrente de alugueis, entre outras, consideradas na projeção de 2019 a 2028, foram estimadas com base no crescimento equivalente à inflação projetada no período.
Tributos	Os tributos sobre o lucro foram calculados com base no EBIT (<i>Earnings Before Interest and Taxes</i>), descontando-se as despesas não dedutíveis e as receitas não tributáveis, derivadas do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real).
Taxa de desconto	Os fluxos de caixa foram descontados com taxa de 17,4% ao ano, antes dos impostos, obtida através de metodologia de fluxo de caixa descontado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).
Perpetuidade	A Companhia considerou um crescimento nominal de 6,5% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo de 3,80% ao ano e consideramos 2,70% referente ao PIB.
Fontes	As principais fontes de informações foram as projeções do Banco Central do Brasil.

A Companhia realizou seus testes com data base em 31 de dezembro de 2018 e 2017, e concluiu que não há perdas por “impairment”, a serem reconhecidas tendo em vista que o valor em uso excedeu o valor contábil.

Consolidado	Taxa anual de amortização %	Custo					Amortização				Saldo Líquido
		Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017	
Ágio na aquisição de investimentos alocados a títulos de rentabilidade futura:											
<i>Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A</i>	-	249.420	-	-	-	249.420	-	-	-	-	249.420
Grupo Padrão	-	136.652	-	-	-	136.652	-	-	-	-	136.652
Total ágio		386.072	-	-	-	386.072	-	-	-	-	386.072
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades (b)	20 e 50	147.791	55.600	-	-	203.391	(112.608)	(9.847)	-	(122.455)	80.936
Softwares em uso (a)	20	114.976	284	73.965	(1.573)	187.652	(42.624)	(34.759)	1.561	(75.822)	111.830
Direito de exclusividade (c)	10 a 25	36.500	-	-	-	36.500	(31.058)	(5.054)	-	(36.112)	388
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A...	20	33.598	-	-	-	33.598	(29.678)	(3.920)	-	(33.598)	-
Software em desenvolvimento (d)	-	86.706	131	(73.965)	-	12.872	-	-	-	-	12.872
Relacionamento Cliente - Grupo Padrão	20	9.911	-	-	-	9.911	(8.920)	(991)	-	(9.911)	-
Acordo de não competição (e)	20 e 33	-	8.198	-	-	8.198	-	(415)	-	(415)	7.783
Total outros ativos intangíveis		429.482	64.213	-	(1.573)	492.122	(224.888)	(54.986)	1.561	(278.313)	213.809
Total ativos intangíveis		815.554	64.213	-	(1.573)	878.194	(224.888)	(54.986)	1.561	(278.313)	599.881



15. PRÊMIOS A REPASSAR

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Prêmios e planos de saúde a repassar - com risco de inadimplência (*)	191.613	191.958	128.329	128.709
Prêmios e planos de saúde a repassar - sem risco de inadimplência	10.910	10.910	-	-
Total	202.523	202.868	128.329	128.709

(*) Referem-se às faturas de planos e seguro-saúde, a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram efetuados substancialmente até 31 de janeiro de 2019 para os valores de dezembro de 2018 e 31 de janeiro de 2018 para os valores de dezembro de 2017.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

As debêntures emitidas pela Companhia no âmbito da emissão possuem as seguintes características:

Quantidade/Espécie

Debêntures	Espécie	31/12/2018	31/12/2017
3ª Emissão	Quirografia	350.000	350.000
Total		350.000	350.000

Data de Emissão: 19 de outubro de 2016.

Valor Nominal Unitário: R\$10 cada debênture.

Repactuação: Os instrumentos particulares de escrituras das debêntures ocorreram em 19 de outubro de 2016, ocorrendo a liquidação em 7 de novembro de 2016, e o valor nominal unitário das debêntures foi de R\$10, sendo emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures à Qualicorp Benefícios, no montante de R\$350.000.

Prazo e Vencimento: 36 meses, vencendo-se, portanto, em 7 de novembro de 2019.

Remuneração: 100% do CDI + “spread” de 1,30% a.a. sendo que os juros serão pagos semestralmente, nos meses de maio e novembro de cada ano.

Amortização: O valor nominal das debêntures não será amortizado, sendo integralmente pago na data de vencimento das debêntures.

Garantias: A controladora Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. é fiadora da operação e, adicionalmente, há garantias relativas à constituição de penhor e/ou a alienação fiduciária das ações de emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

Resgate Antecipado Facultativo: Foi acordado nessa emissão que poderá haver resgate antecipado facultativo somente a partir de 4 de maio de 2017. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido de prêmio, conforme Escritura de Emissão de Debêntures.

Vencimento antecipado: Poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta emissão e exigir o imediato pagamento pelas emissoras do saldo do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada “pro rata temporis”, desde a data de emissão ou a data de vencimento do



último período de capitalização, ou seja, a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência, entre outras, das seguintes hipóteses:

- (a) Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária da emissora e/ou de sua(s) controladora(s), inclusive Oferta Pública de Ações), se os atuais acionistas não mantiverem o controle da emissora, por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de, pelo menos, 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver o controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de, pelo menos, 35,0% das ações com o direito a voto da emissora e, cumulativamente, os atuais acionistas deixarem de exercer o controle da emissora; e
- (b) Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados às debêntures, os quais, caso não sejam cumpridos, podem acarretar a liquidação antecipada.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia está cumprindo com os limites requeridos das cláusulas acima e demais compromissos contidos no contrato.

Composição da dívida

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Debêntures parcela única	350.000	-
Remuneração a pagar	3.978	4.256
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	(1.259)	(1.373)
Circulante	352.719	2.883
Custo intermediação financeira na emissão/colocação a diferir no prazo de vencimento	-	(1.259)
Debêntures parcela única	-	350.000
Não circulante	-	348.741
Total	352.719	351.624

Movimentação das debêntures

	Valor
Saldo no início do período	351.624
Apropriação de despesas	1.373
Pagamento de juros	(27.058)
Apropriação de juros no período (nota explicativa nº 22)	26.780
Saldo no final do período	352.719



17. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante:				
Repasso de custos a pagar (a)	9.146	9.264	21.303	21.456
Depósitos não identificados	8.980	9.173	2.959	3.450
Provisão de Programa participação nos Resultados - PLR	6.929	7.018	3.252	3.344
Fornecedores diversos	6.553	6.555	4.012	4.013
Reembolso de despesas a pagar	5.051	5.063	320	328
Devolução solicitada pelo beneficiário (RN 412)	4.195	4.425	820	838
Valores a Identificar Seguradoras/Operadoras (b)	4.120	6.722	5.052	5.070
Adiantamento de Clientes	1.744	1.744	8.005	8.005
Salários a pagar	1.042	1.101	1.183	1.217
Aquisição de Intangível a pagar	633	633	25.900	25.900
Serviços de informática a pagar	307	307	-	-
Aquisição de ativo imobilizado a pagar	2	2	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	14.231	14.231
Provisão para férias	-	82	598	681
Outros	3.777	4.224	4.404	4.158
Total circulante	52.480	56.313	83.231	84.377
Não Circulante:				
Contas a Pagar	4.902	4.902	-	-
Aquisição de intangível a pagar (c)	6.926	6.926	2.250	2.250
Total não circulante	11.828	11.828	2.250	2.250
Total Geral	64.308	68.141	85.481	86.627

(a) Veja nota explicativa nº 9.a).

(b) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia.

(c) Refere-se, basicamente, a aquisição ao contrato de cessão de direitos e obrigações com Asben Corretora de Seguros Ltda.

18. PROVISÃO PARA RISCOS

Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e sua controlada estão expostas aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis e de sinistralidade, para as quais, com base na opinião e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Cíveis (a)	21.307	21.714	26.336	26.356
Regulatório (b)	13.507	13.830	12.780	13.550
Trabalhistas e previdenciárias (c)	1.093	1.093	839	839
Total	35.905	36.637	39.955	40.745



Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro 2018:

- (a) A Companhia é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$21.307 e R\$21.714 controladora e consolidado, respectivamente, (R\$ 26.336 e 26.356 em 2017), avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências. E avaliados como perda possível, R\$23.785 e R\$24.511 de causas cíveis (R\$47.017 e 47.097 em 2017), na controladora e não consolidado respectivamente, para os quais, não foram constituídas provisões.

As principais causas versam sobre (i) exigência de coberturas de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS, cuja responsabilidade dessa obrigação recai, única e exclusivamente, sobre as operadoras de planos de assistência à saúde, conforme legislação em vigor; (ii) questionamento sobre a aplicação do reajuste de preço do plano de saúde por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual do indivíduo; (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; (iv) reajuste anual e (v) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança junto ao Serasa de mensalidades em atraso não quitadas.

- (b) A Companhia é parte passiva em processos regulatórios em andamento, sendo o montante de R\$13.507 e R\$13.830 na controladora e consolidado, respectivamente (de R\$12.780 e 13.550 em 2017, na controladora e consolidado, respectivamente) avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R\$43.781 e R\$45.611 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$47.384 e R\$48.869 em 2017 na controladora e no consolidado, respectivamente) avaliados como perda possível, para os quais, não foram constituídas provisões.

- (c) A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$1.093 Controladora e Consolidado (R\$839 em 2017 Controladora e Consolidado). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$28.092 Controladora e Consolidado (R\$14.115 em 2017 Controladora e Consolidado), não foram constituídas provisões.

O quadro a seguir apresenta a movimentação dessas provisões para os períodos indicados, no consolidado:

Consolidado	31/12/2017	Adições	Reversões	Movimentação para riscos reembolsáveis	31/12/2018
Cíveis	26.356	5.470	(10.178)	67	21.714
Regulatório	13.550	8.415	(8.135)	-	13.830
Trabalhistas e previdenciárias	839	827	(574)	-	1.093
Total	40.745	14.712	(18.887)	67	36.637

	31/12/2016	Adições	Reversões	Movimentação para riscos reembolsáveis	31/12/2017
Cíveis	16.898	12.551	(2.824)	(269)	26.356
Regulatório - ANS	10.070	10.032	(6.416)	(136)	13.550
Trabalhistas e previdenciárias	1.692	1.767	(1.533)	(1.087)	839
Tributárias	1.333	1	(1.319)	(15)	-
Provisão de Sinistralidade Gama GSP	135	423	(558)	-	-
Total	30.128	24.774	(12.650)	(1.507)	40.745



19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social da Companhia é de R\$276.366, representado por 496.715.989 ações ordinárias.

A participação dos acionistas no capital social da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Ações Ordinárias	
	2018	2017
Qualicorp S.A.	496.715.989	496.715.989
Total	496.715.989	496.715.989

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

O dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia.

A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	380.329	358.611
(-) Constituição de reserva legal (ii)	-	(15.617)
Base de cálculo dos dividendos	380.329	342.994
Antecipação de dividendos intercalares no exercício	(143.399)	(26.093)
% dos dividendos intercalares sobre a base de cálculo dos dividendos	38%	8%
Ajuste por adoção das novas normas	(3.226)	-
Dividendo adicional proposto a pagar (i)	(236.930)	(316.901)

- (i) Em 14 de março de 2019, a Administração da Companhia propôs destinar o lucro apurado no exercício de 2018, no valor de R\$236.930, como distribuição de dividendos ao acionista até 31 de dezembro de 2019.

A destinação será referenda pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que será realizada até 30 de abril de 2019, e estão demonstrados na rubrica "Dividendo Adicional Proposto", conforme disposto na Deliberação CVM nº 601/09.

- (ii) Reserva legal

Conforme estabelece o Estatuto Social, a Companhia deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo é de R\$ 55.273 (R\$ 55.273 em 31 de dezembro de 2017).



Em 2017 a Companhia atingiu o limite de 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.

Adoção de Norma Contábil (CPC 48 e 47)

Em 1º de janeiro de 2018, foram contabilizados em reservas de lucros “Outros” o montante de (R\$3.226), correspondente ao ajuste líquido da adoção das CPC 48 e 47, a título de saldo de abertura, conforme nota explicativa nº 2.III.

20. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Repasse financeiros de contratos de adesão (a)	83.221	87.019	199.554	205.107
Reembolso de títulos e mensalidades associativas (b)	12.250	12.251	14.266	14.559
Serviço de cobrança e emissão de boletos (c)	3.207	3.207	27.366	27.366
Serviços de Back-Office (d)	-	433	2.995	9.889
Outros custos dos serviços prestados	70	70	-	-
Total	98.748	102.980	244.181	256.921

- (a) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão. Em 2018 com a adoção CPC 47, repasses financeiros deixou de ser apropriada como receita passando a ser redutora do custo conforme nota explicativa nº 3.iii.
- (b) Refere-se a dispêndio de mensalidades de contribuições anuais devidas pelos beneficiários às entidades de classe, pagos pela Companhia aos sindicatos e conselhos de classe aos quais os beneficiários são filiados.
- (c) Conforme descrito na nota explicativa 9 b., a Companhia voltou a realizar a cobrança direta aos usuários de plano de saúde, que acarretou na diminuição do serviço de cobrança e emissão de boletos.
- (d) Trata-se substancialmente de serviços de back office prestados pela Divicom Administradora de Benefícios referente à administração da carteira de beneficiários até agosto de 2017, a partir de setembro/2017 os custos com serviços de terceiros (Divicom) foram cortados, e assumidos pela controlada Clube de Saúde.



21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Gastos com serviços de terceiros (a)	94.354	97.075	82.383	92.537
Gastos com pessoal	91.211	94.328	63.057	85.831
Depreciações e amortizações (b)	66.027	70.603	48.942	56.711
Auto de Infração ANS	24.710	25.692	25.763	25.763
Processos Judiciais	29.369	30.049	17.699	20.581
Gastos com localização e funcionamento (c)	19.727	22.182	14.412	20.931
Gastos com telefonia	3.440	3.740	3.264	3.902
Gastos com contribuições associativas	2.322	2.386	1.873	1.922
Outras despesas administrativas	14.684	14.765	5.199	8.357
Total	345.844	360.821	262.592	316.535

(a) Refere-se, substancialmente, a serviços de “call center”, consultoria, advogados, auditoria, “service desk” e logística.

(b) Refere-se, substancialmente, à amortização dos contratos de cessão de direitos e obrigações.

(c) Refere-se, substancialmente, a despesas com correios, aluguéis e condomínios e taxas e contribuições (ANAB- Associação Nacional das Administradoras de Benefícios).

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receitas financeiras:				
Rendimentos com aplicações financeiras	28.481	29.381	48.744	52.540
Juros e multa s/ recebimentos em atraso de cobrança de contratos de planos (a)	23.817	25.339	48.100	51.487
Descontos obtidos	58	58	19	39
Outras receitas	72	72	1.713	2.139
Total de receitas financeiras	52.428	54.850	98.576	106.205
Despesas financeiras:				
Atualização monetária sobre debêntures	(26.780)	(26.780)	(38.861)	(38.861)
Tarifa de cobrança (b)	(18.756)	(22.891)	(2.002)	(4.934)
Descontos concedidos	(11.234)	(11.341)	(11.146)	(11.811)
Custo de Captação de Debêntures	(1.485)	(1.485)	(1.374)	(1.374)
Investimento a pagar e de opções de compra de participação dos não controladores - Aliança	-	-	(32.802)	(32.802)
Outras despesas	(488)	(529)	(1.534)	(4.117)
Total de despesas financeiras	(58.743)	(63.026)	(87.719)	(93.899)
Resultado financeiro	(6.315)	(8.176)	10.857	12.306

a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Companhia nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.

b) Conforme descrito na nota explicativa 9 b., a Companhia voltou a realizar a cobrança direta aos usuários de plano de saúde, que acarretou no aumento nas despesas com tarifa de cobrança.



23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	579.879	581.148	501.682	533.492
Equivalência patrimonial	(1.153)	-	(31.512)	-
Subtotal	578.726	581.148	470.170	533.492
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(196.767)	(197.590)	(159.858)	(181.387)
Perdas com Créditos Incobráveis	(2.163)	(2.228)	11.138	9.932
Despesas não dedutíveis - outras	(1.105)	(1.117)	(1.616)	(1.777)
(Constituição)/reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário	-	(978)	-	(483)
Prejuízo fiscal sem constituição de crédito tributário (a)	-	564	-	(590)
Incentivo Fiscal	963	963	2.811	2.811
Juros sobre capital próprio	-	-	7.178	7.178
Outros	(478)	(433)	(2.724)	(2.498)
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(199.550)	(200.819)	(143.071)	(166.814)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	34,50%	34,56%	30,02%	31,05%

- a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 estes valores referem-se à prejuízos fiscais apurados na controlada que não há perspectiva de realização.

24. INFORMAÇÕES DESCRITIVAS SOBRE OS SEGMENTOS REPORTÁVEIS

- a) Descrição dos serviços que são responsáveis pelas receitas do segmento reportável.

A Companhia e sua controlada são responsáveis pela gestão e administração dos benefícios coletivos por adesão relacionados aos planos de saúde e/ou odontológicos, nas quais as principais atividades desempenhadas são: a reunião de pessoas jurídicas contratantes; contratação de plano privado de assistência à saúde coletivo, na condição de estipulante ou administrador, a ser disponibilizado para as pessoas jurídicas legitimadas para contratar; oferecimento de planos para associados das pessoas jurídicas contratantes; apoio técnico na discussão de aspectos operacionais; apoio à área de recursos humanos na gestão de benefícios do plano; terceirização de serviços administrativos; movimentação cadastral; conferência de faturas; cobrança ao beneficiário por delegação; consultoria para prospectar o mercado, sugerir desenho de plano e modelo de gestão.

- b) Mensuração de lucro, ativos e passivos por segmento operacional

As políticas e práticas contábeis do Segmento Afinidades são as mesmas descritas na nota explicativa nº 3. A Companhia avalia o desempenho do segmento reportável com base no lucro antes dos juros, resultado financeiro, depreciação, amortização e provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Não faz parte do resultado por segmento as provisões para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatório, e as despesas administrativas compartilhadas não são alocadas aos segmentos.

- c) Fatores utilizados pela Administração para identificar o segmento

O Segmento Afinidades é a unidade de negócio que concentra 100% do resultado da Companhia, como por exemplo, movimentação cadastral dos beneficiários juntos às operadoras/seguradoras, faturamento e cobrança dos benefícios, baixa dos recebimentos e quitação das faturas e dos repasses financeiros às entidades



de classe, etc. Todas as receitas e despesas diretas dos segmentos são identificadas no sistema ERP - RM, que possui arquitetura de centro de custos elaborada exclusivamente para a identificação dos segmentos e demais despesas não alocadas.

d) Receita bruta e líquida por tipo de serviço prestado

	Consolidado	
	Acumulado em 31/12/2018	Acumulado em 31/12/2017
-		
Taxa de administração	1.295.129	1.236.121
Outras receitas (*)	-	109.732
Total da receita operacional bruta	1.295.129	1.345.853
<u>Deduções da receita operacional bruta:</u>		
Impostos sobre faturamento	(85.963)	(85.946)
Devoluções e cancelamentos	(6.753)	(6.572)
Total das deduções da receita operacional bruta	(92.716)	(92.518)
Receita operacional líquida	1.202.413	1.253.335

(*) Em 2018 com a adoção CPC 47 repasses financeiros passou a ser redutora do custo conforme nota explicativa nº 2.4.

e) Informações geográficas do segmento reportado - consolidado

A Companhia possui todas as suas atividades no mercado interno e segmento afinidades apresenta a distribuição do seu faturamento líquido de cancelamentos nas seguintes unidades federativas:

Segmentação Regionalizado (Consolidado)	31/12/2018		31/12/2017	
	Vidas	% Partic. Mercado	Vidas	% Partic. Mercado
Sudeste	855.618	67,89%	1.142.857	73,34%
Nordeste	254.022	20,16%	244.865	15,71%
Centro Oeste	90.015	7,14%	107.378	6,89%
Sul	41.839	3,32%	42.659	2,74%
Norte	18.742	1,49%	20.467	1,31%
Total do segmento Afinidades	1.260.236	100,00%	1.558.226	100,00%

f) Informações sobre os principais clientes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os principais clientes do segmento Afinidades originaram faturamentos de R\$125.714, R\$122.770 e R\$106.662 o que corresponde a uma participação de 6,48%, 6,33% e 5,50% sobre o faturamento do segmento Afinidades.



25. DESPESAS POR NATUREZA

A demonstração do resultado é apresentada por função. Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora Reapresentado	Consolidado Reapresentado
Gastos com Serviços de Terceiros	94.354	97.075	82.383	92.537
Gastos com Pessoal	91.211	94.328	63.057	85.831
Repasses Financeiros de contratos de adesão	83.221	87.019	199.554	205.107
Depreciação e Amortização	66.027	70.603	48.942	56.711
Processos Judiciais	29.369	30.049	17.699	20.581
Auto de infração ANS	24.710	25.692	25.763	25.763
Gastos com localização e funcionamento	19.727	22.182	14.412	20.931
Reembolso de títulos e mensalidades associativas	12.250	12.251	14.266	14.559
Gastos com telefonia	3.440	3.740	3.264	3.902
Serviço de cobrança e emissão de boletos	3.207	3.207	27.366	27.366
Gastos com contribuições associativas	2.322	2.386	1.873	1.922
Publicidade e Propaganda	630	633	856	1.830
Amortização comissão	507	507	-	-
Serviço de back-office	-	433	2.995	9.889
Outras despesas	34.360	34.941	5.199	26.118
Total	465.335	485.046	507.629	593.047

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Despesas administrativas	(345.844)	(360.821)	(262.592)	(316.535)
Custos dos serviços prestados	(98.748)	(102.980)	(244.181)	(256.921)
Despesas de comercialização	(20.743)	(21.245)	(856)	(19.591)
Total	(465.335)	(485.046)	(507.629)	(593.047)

26. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui os seguintes compromissos relevantes:

- a) Contratos de locação de seus escritórios: compromissos já assumidos para o exercício social de 2018 R\$ 16.200, R\$16.200 para 2019 e 16.200 para 2020 (não auditados).

As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2018 foram de R\$ 888 (R\$3.616 em 2017).

- b) Planejamentos para aquisição de bens do ativo intangível (software em desenvolvimento) previstos para exercício social R\$1.960 para 2019, R\$1.760 para 2020, R\$1.580 para 2021 (não auditados).

- c) Compromissos para prestação de serviços de “call center” assumidos de aproximadamente R\$ 36.978 para o ano de 2019.

O contrato foi assinado em 1º de abril de 2014 e terá prazo de cinco anos.

As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2018 foram de R\$32.942 (R\$30.941 em



2017).

27. PROGRAMA DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

O Grupo Qualicorp possui programa de outorga de opção de compra de ações. São elegíveis a esse plano os administradores, empregados e prestadores de serviços. O plano é administrado pelo Conselho de Administração de sua controladora, que tem poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas.

Em 31 de dezembro de 2018, foram alocadas despesas de apropriação de opções outorgadas pela Companhia no montante de R\$562 (R\$5.427 em 2017).

Até 31 de dezembro de 2018, a movimentação das opções de compra de ações outorgadas no exercício é a seguinte:

Data da outorga	Preço de exercício médio ponderado	Volatilidade média ponderada estimada do preço da ação	"Dividend yield" esperado das ações	Valor justo na data da concessão	Taxa de retorno livre de risco	Taxa de abandono	Data e validade	Quant. de opções	Exercidas	Canceladas	Saldo
03/03/2011	7,21	42,91%	0,03%	4,12	11,89%	0%	03/03/2016	3.814.707	(3.028.993)	(785.714)	-
31/05/2011	9,52	43,67%	0,03%	3,84	11,67%	0%	31/05/2016	33.475	-	(33.475)	-
30/04/2012	16,58	39,54%	0,00%	4,91	3,07%	5%	30/04/2017	1.352.663	(1.033.474)	(319.189)	-
22/10/2012	19,2	37,67%	0,00%	4,37	2,34%	35,67%	22/10/2017	142.857	(142.857)	-	-
30/10/2012	2,8	37,55%	0,00%	16,87	3,12%	0%	22/10/2017	1.172.543	(1.172.543)	-	-
16/11/2012	21,3	36,99%	0,00%	4,4	2,34%	35,67%	16/11/2017	350.000	(87.500)	(262.500)	-
31/10/2013	16,79	33,71%	2,37%	8,63	4,51%	23,70%	31/10/2017	10.333.000	(7.183.000)	(3.025.000)	125.000
18/02/2014	16,79	32,81%	0,00%	7,65	5,27%	23,70%	18/02/2017	200.000	(50.000)	(150.000)	-
07/03/2014	18,41	32,64%	2,37%	7,83	5,19%	23,70%	31/03/2018	1.650.000	(662.500)	(987.500)	-
13/06/2014	20	33,00%	2,37%	9,72	5,17%	23,70%	13/06/2018	6.680.000	(4.314.000)	(2.366.000)	-
12/08/2014	26,39	32,70%	2,37%	8,8	5,07%	23,70%	12/08/2018	650.000	(237.500)	(300.000)	112.500
04/11/2014	25,8	32,01%	2,37%	8,23	5,45%	23,70%	04/11/2018	4.000.000	(2.250.000)	(1.000.000)	750.000
16/12/2015	15,95	33,32%	2,37%	3,55	7,05%	23,70%	16/12/2019	750.000	(350.000)	(187.500)	212.500
08/07/2016	16,18	43,98%	2,37%	19,35	5,85%	23,70%	30/04/2017	3.170.000	(3.145.000)	-	25.000
18/01/2017	18,81	46,52%	2,37%	19,72	5,67%	32,22%	18/01/2021	1.000.000	(1.000.000)	-	-
Total	16,47							35.299.245	(24.657.367)	(9.416.878)	1.225.000

Para 31 de dezembro de 2018, o período de duração contratual médio ponderado restante é de 78 dias (600 dias em 31 de dezembro de 2017).

28. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

Itens	Tipo de cobertura	Importâncias segurada
Aeronaves e Veículos	Perdas e danos ou reparações pecuniárias	6.731
Garantia de processos administrativos (i)	Garantia decorrente a processos administrativos – Órgão Público	469.545



- (i) A Companhia e suas controladas firmaram novos seguros sobre garantia judicial para execução fiscal. Este seguro garante única e exclusivamente, os débitos oriundos da discussão de dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL, das despesas com Ágio no calendário de 2015 a 2017.



29. CONCILIAÇÃO LUCRO LÍQUIDO E CAIXA OPERACIONAL

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2018	2018
	Controladora	Consolidado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	579.879	581.148
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	66.534	71.109
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	4.287	4.287
Equivalência patrimonial	(1.153)	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	207	207
Opções outorgadas reconhecidas	562	562
Receitas/Despesas financeiras	28.153	28.153
Provisão (reversão) para riscos	(4.117)	(4.175)
	674.352	681.291
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Aumento (redução) de créditos a receber de clientes	(4.709)	(2.337)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	(12.504)	(11.594)
Aumento (redução) de prêmios a repassar	74.194	74.159
Aumento (redução) de repasses financeiros a pagar	5.370	5.392
Aumento (redução) títulos e créditos a receber	(50.855)	(50.639)
Aumento (redução) de outros valores e bens	(7.383)	(6.883)
Aumento (redução) de débitos diversos	(1.537)	1.125
Aumento (redução) de antecipações a repassar	(1.797)	(351)
Aumento (redução) de outros créditos a receber	34	(264)
Aumento (redução) de aplicações financeiras	19.085	18.709
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	694.250	708.608
Imposto de renda e contribuição social pagos	(122.119)	(122.972)
Caixa líquido proveniente (utilizado) das atividades operacionais	572.131	585.636

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Administração em 14 de março de 2019.